MOBILIZAÇÃO

Canto indígena na capital

Etnias de todo o país montam acampamento em Brasília para reivindicar direitos e criticar propostas sobre terras e garimpo

» TAINÁ ANDRADE

Membros de quase 200 povos indígenas, de todas as regiões do Brasil, marcharam na Esplanada dos Ministérios até o Congresso Nacional ontem à tarde. A caminhada foi a primeira manifestação da 19ª edição do Acampamento Terra Livre (ATL), organizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib). O acampamento começou ontem, com a chegada dos primeiros indígenas a Brasília, e seguirá até o dia 28 de abril. Eles reivindicam a retirada de uma lista de Projetos de Lei (PLs) que, segundo eles, afetam a qualidade de suas vidas.

Alguns participantes foram recebidos em uma sessão solene, dentro do Plenário da Câmara dos Deputados, para assistirem ao lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Povos Indígenas. A deputada federal indígena Célia Xakriabá (Psol-MG) coordenará a bancada na Câmara; e o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), no Senado.

"Seguiremos no chão da luta, mas inaugurando uma atuação também do lado de dentro [do Congresso]. Estamos rompendo o racismo da ausência e carregamos nós, executivo e legislativo, junto a Apib, os mais de 1,6 milhão de cocares desse país. É preciso que essa Casa tenha responsabilidade, porque nós somos reconhecidos como a solução número um para barrar as mudanças climáticas", afirmou a deputada.

Em dia de quórum baixo, as regras de vestimenta do Plenário foram suspensas. Saíram os paletós e os saltos altos, entraram os adereços de penas, miçangas, as pinturas à mostra nos corpos, os chinelos, os shorts e os cocares bem coloridos. Cantos indígenas ecoaram pelo Plenário encerrando a sessão, que ganhou mais força com os barulhos dos maracás.

Ao **Correio**, Célia Xakriabá relembrou momentos difíceis da causa indígena. "Em 2017, nesta Casa, fomos recebidos com várias repressões policiais. Hoje, promover esse momento de homenagem aos povos indígenas, é um momento histórico. Acreditamos que somente por meio da luta podemos mudar o momento de decisão", disse.

A manifestação em frente do Congresso ocorreu pacificamente, com a supervisão da Secretaria de Segurança do Distrito Federal. Há a expectativa de que 6 mil indígenas se juntem ao acampamento.

O movimento tem uma lista de pautas para serem debatidas, principalmente no Congresso Nacional. Os chamados "PLs da morte" abordam o Marco Temporal; a exploração dos bens da natureza em Terras Indígenas (TIs); a regularização de Grilagem de Terras; o Licenciamento Ambiental e a denúncia da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Demarcação de terras

O principal tema deste ano são as demarcações das TIs, sobretudo as 14 que já estão prontas para serem homologadas. O coordenador-executivo da Apib pela Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoinme), Dinaman Tuxá, informou, extraoficialmente, que serão decretados apenas cinco territórios durante a programação do acampamento. Porém, há 1.393 terras que precisam ter o processo de demarcação verificado.

"Existem para mais de 600 territórios indígenas sem nenhuma providência a ser feita", lamentou Kleber Karipuna, coordenador-executivo da Apib e representante da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab).

Minervino Júnior/CB/D.A.Press

Indígenas em frente ao Congresso: expectativa é de que o acampamento reúna 6,5 mil membros de etnias

Cinco perguntas para

Maurício Terena, coordenador-executivo jurídico da Apib

O que o Acampamento Terra Livre reivindica este ano?

O acampamento acontece há 19 anos. É histórico porque busca mobilizar, em Brasília, indígenas de todo o país. Eles vêm para apresentar reivindicações, fazer luta, pedir as demarcações das terras. Apesar de a gente estar inserido em um contexto novo da política indigenista brasileira, a gente entende que precisa avançar muito ainda. Estamos aqui para comemorar esse movimento do atual governo. Mas também viemos cobrar as demarcações, a política de educação, de saúde indígena. Não abrimos mão de fazer pressão. Por isso esse acampamento.

A ideia é manter o movimento independente do governo?

Com Lula e Dilma, o poder de articulação popular ficou muito atrelado à vontade do governo. Uma parte de nós indígenas entrou no governo, mas nós, enquanto movimento, permanecemos articulados. Se for necessário pressionar o presidente, assim faremos. Se for preciso judicializar, iremos.

O marco temporal é uma ameaça?

No dia 19 de abril, a ministra Rosa Weber fez o anúncio (do julgamento para 7 de junho). Foi recebido com muito ânimo por nós, porque entendemos que o Supremo precisa decidir de uma vez por todas pela inconstitucionalidade do Marco Temporal. Esse julgamento não afeta só os povos indígenas. A gente está em um contexto em que as mudanças climáticas estão se fazendo presente, e é cientificamente provado que as terras indígenas é onde mais se preserva o meio ambiente. É um julgamento que vai interferir não só em nossas vidas, mas também na questão climática. Disso os ministros não devem abrir mão.

Vocês planejam uma campanha?

É preciso que os ministros estejam atentos para as questões climáticas, culturais e étnicas que estão sobre esse julgamento. A gente possivelmente vai chamar novamente uma mobilização para junho — talvez um novo acampamento. Será uma campanha de aproximação. A gente está promovendo um ciclo de debates para sinalizar tecnicamente as fragilidades do Marco Temporal.

O que vocês esperam da política indigenista?

É necessário que mudanças estruturais aconteçam. A política indigenista precisa ser estruturada no sentido de que a Funai tenha orçamento; de que as demarcações saiam; de que a saúde indígena, por mais que fique no Ministério da Saúde, tenha um um planejamento estratégico a longo prazo; de que as terras indígenas que precisam de demarcação andem; de que a política de isolados e de recente contato seja repensada; de que o Estatuto do Índio tenha uma nova configuração. Essas questões estruturais precisam acontecer para que, em um eventual novo governo de direita, a gente não viva o sufoco que a gente viveu. Me pergunto se em quatro anos é um tempo hábil para isso. É pouco tempo.

RELIGIÃO

Dom Jaime Spengler no comando da CNBB

» ISABEL DOURADO*

Dom Jaime Spengler, arcebispo de Porto Alegre e atual primeiro vice-presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, foi eleito ontem novo presidente da entidade. A eleição ocorreu durante a 60ª Assembleia Geral da CNBB, em São Paulo.

Em pronunciamento, Dom Jaime afirmou que espera realizar um trabalho à altura da CNBB na história do Brasil. "Eu acolho a eleição com muita humildade, tanta simplicidade com temor e tremor, mas orientado pela fé, pela fé de quem conduz a igreja é o nosso senhor, não somos nós. É com esse espírito que me coloco à serviço dos próximos quatro anos da nossa Conferência", disse.

Dom Jaime Spengler ressaltou os desafios nacionais. "Experimentamos uma série de crises: crise econômica, política, social, do humanismo, ética, eclesial, da fé! Neste contexto, a Conferência deverá pautar suas ações. A disposição será certamente a de promover o bem comum e com o cuidado pela vida nas suas diversas expressões, a fim de que todos possam ter vida e vida em abundância."

A votação foi realizada por meio de urna eletrônica. Dom Jaime foi eleito por maioria simples. O atual presidente assume o cargo que até então estava ocupado por Dom Walmor Oliveira de Azevedo, arcebispo de Belo Horizonte.

Nascido em 6 de setembro de 1960 em Gaspar (SC), Dom Jaime Spengler ingressou na Ordem dos franciscanos em 1982. Graduou-se em Filosofia, com doutorado na Pontifícia Universidade Antonianum, em Roma.

A sessão de ontem também foi marcada por um balanço sobre a Campanha da Fraternidade 2023; o Fundo Nacional de Solidariedade (FNS); e informes das Comissões para a Amazônia e a de Mineração e Ecologia Integral.

O cardeal Leonardo Steiner, arcebispo de Manaus, usou o tempo de fala lembrar o flagelo dos ianomâmis e criticou o ex-presidente Jair Bolsonaro. "A questão indígena sofreu, nos últimos quatro anos, uma agressão muito forte, e não apenas em relação à demarcação de terras indígenas, mas também na questão de não acompanhar. A Funai tinha um presidente que era contra os povos indígenas, o governo não teve nenhum cuidado com os indígenas. Houve um descaso do estado para com esses povos."

CNBB

Dom Jaime Spengler: CNBB vai manter ações para desafios do país

Steiner lamentou ainda a dificuldade de atuar em favor da pacificação. "A região do Surucucu é uma região onde a Igreja não está presente. Nas outras regiões a Igreja está presente, por isso também não foi dessa agressividade de mortos que aconteceu", comentou.

***Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza**

FVO - Brasília Indústria e Comércio de Alimentos S.A.

CNPJ/MF nº 08.471.163/0001-64

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	31/12/22	31/12/21
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	63.245	49.503
Contas a receber	5	102.926	70.964
Outros créditos	9	15.166	2.344
Estoques	6	79.392	81.057
Tributos a recuperar	7	18.941	36.436
Total		**279.670**	**240.304**
Não Circulante			
Títulos e valores mobiliários		1.815	1.639
Imposto diferido	21	1.066	-
Outros créditos	9	114	114
Depósitos judiciais	19	16.682	16.265
Investimentos		444	364
Imobilizado	10	134.243	62.845
Intangível	11	261.864	362
Ativo de direito de uso	12	5.184	5.370
Total do ativo não circulante		**421.412**	**86.959**
Total do ativo		**701.082**	**327.263**

Passivo	Nota	31/12/22	31/12/21
Circulante			
Fornecedores	13	48.241	39.864
Empréstimos e financiamentos	15	99.035	26.749
Salários e encargos sociais	17	18.179	8.606
Obrigações tributárias	14	7.608	8.215
Instrumentos financeiros derivativos	8	4.790	541
Passivo de arrendamento	12	1.525	1.929
Obrigações com terceiros	18	9.513	22.044
Outras obrigações	16	17.128	5.629
Total do passivo circulante		**206.019**	**113.577**
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	92.600	29.327
Passivo de arrendamento	12	4.167	4.019
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	19	19.208	19.208
Imposto diferido	21	-	9.187
Obrigação por Aquisicao Societária	26	152.322	-
Outras obrigações	16	7.044	12.955
Total do passivo não circulante		**275.341**	**74.696**
Patrimônio Líquido			
Capital social		109.472	67.000
Reservas de capital		10.255	10.255
Reserva Legal		1.913	-
Reservas de Incentivos Fiscais		86.602	55.557
Reservas de lucro		11.480	6.178
Total do patrimônio líquido		**219.722**	**138.990**
Total do passivo e patrimônio líquido		**701.082**	**327.263**

Demonstração do Resultado em 31 de Dezembro de 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2022	2021
Receita líquida	22	667.099	557.878
Custo dos produtos vendidos	23	(450.969)	(392.124)
Lucro bruto		216.130	165.754
Despesas com vendas	23	(81.432)	(67.106)
Despesas gerais e administrativas	23	(60.061)	(57.956)
Outras receitas (despesas), líquidas		(782)	3.553
Lucro Operacional		73.855	44.245
Receitas financeiras	24	16.146	17.861
Despesas financeiras	24	(50.186)	(27.491)
Resultado antes do IR e da contribuição social		39.815	34.615
Imposto de renda e contribuição social – correntes	21	(11.809)	(1.851)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	21	10.253	(9.187)
Lucro (prejuízo) do exercício		**38.259**	**23.577**

Demonstração dos Resultados Abrangentes findos em 31 de Dezembro de 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	38.259	23.577
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**38.259**	**23.577**

A Diretoria — **Alex Rodrigues Duarte** - Contador - PA-021153/O-0

Demonstração do Fluxo de Caixa findos em 31 de Dezembro de 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		**52.191**	**45.161**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**39.815**	**34.615**
Depreciação e amortização		10.373	9.155
Juros de arrendamento	12	382	410
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	19	-	(74)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	5	1.621	1.055
Redução (aumento) nos ativos e passivos		**123.250**	**(28.679)**
Contas a receber	5	(33.583)	(13.712)
Estoques	6	1.665	(22.249)
Tributos a recuperar	7	17.495	(32.256)
Depósitos judiciais	19	(418)	(576)
Outros créditos	9	(12.822)	1.743
Fornecedores	13	8.377	13.878
Obrigações tributárias		1.780	(7.511)
Salários e encargos sociais	17	9.573	2.249
Outras obrigações	16 e 26	145.379	32.577
Imposto de renda e contribuição social pagos		(14.196)	(2.822)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		**175.441**	**16.482**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		**(341.288)**	**(12.186)**
Títulos e valores mobiliários, líquidas de aplicações e resgates		(256)	(186)
Aquisição e vendas de imobilizado e intangível	10 e 11	(341.032)	(12.000)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		**179.589**	**34.398**
Aumento de capital		42.472	47.000
Variação de empréstimos	15	139.809	(10.499)
Pagamento de principal de passivos de arrendamento	12	(2.692)	(2.104)
Aumento (redução) no saldo de caixa e equivalentes de caixa		13.742	38.693
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	49.503	10.810
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		63.245	49.503

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido findos em 31 de Dezembro de 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital social	Reserva Legal	Resultado de Subvenção	Reserva de lucros	Lucro (prejuízo) acumulado	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2020		20.000		35.569	10.255	7.821	**73.645**
Ajuste de implementação						(5.232)	**(5.232)**
Aumento de capital	20	47.000				-	**47.000**
Destinação para Subvenções				19.988		(19.988)	**-**
Lucro líquido do exercício						23.577	**23.577**
Saldos em 31 de Dezembro de 2021		67.000		55.557	10.255	6.178	**138.990**
Aumento de capital	20	42.472					**42.472**
Lucro líquido do exercício						38.259	**38.259**
Destinação para Reserva Legal			1.913			(1.913)	**-**
Destinação para Reserva de Subvenções				31.045		(31.045)	**-**
Destinação para Reserva de Lucros					11.480	(11.480)	**-**
Saldos em 31 de Dezembro de 2022		109.472	1.913	86.602	21.735	-	**219.722**

A íntegra das demonstrações financeiras individuais e consolidadas completas auditadas, incluindo o respectivo relatório dos auditores independentes e notas explicativas encontram-se disponíveis no endereço eletrônico: https://www.correiobraziliense.com.br/publicidade-legal